



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**



JOÃO RIKELME BARROS DE SOUZA

ENTRE CANHÕES E NAÇÕES: A ATUAÇÃO DE THOMAS COCHRANE NAS GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA DO CHILE, PERU E BRASIL E NA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR.



**JOÃO PESSOA – PB
2025**

JOÃO RIKELME BARROS DE SOUZA

Entre canhões e nações: A atuação de Thomas Cochrane nas guerras de independência do Chile, Peru e Brasil e na Confederação do Equador.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História como requisito parcial para obtenção de título de Licenciado em História.

Orientadora: Dr^a. Ariane Norma de Menezes Sá

JOÃO PESSOA – PB

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S729e Souza, Joao Rikelme Barros de.

Entre canhões e nações: a atuação de Thomas Cochrane nas guerras de independência do Chile, Peru e Brasil e na Confederação do Equador. / Joao Rikelme Barros de Souza. - João Pessoa, 2025.

47 f.

Orientadora: Ariane Norma de Menezes Sá.

TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2025.

1. Thomas Cochrane. 2. Independência do Brasil. 3. Marinha. I. Sá, Ariane Norma de Menezes. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 94(81)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
SECRETARIA INTEGRADA DE ATENDIMENTO À GRADUAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ata da sessão de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Licenciado em História, referente à sessão de defesa do aluno **João Rikelme Barros de Souza**, matrícula nº 20190148491, realizada no 1º dia do mês de outubro de 2025, às 19h00min. Reuniram-se no Auditório 412 do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPB, Campus I, João Pessoa, os membros da Banca Examinadora composta pelo(a)s professore(a)s Dr^a. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano e Dr. Lúcio Flávio Sá Leitão Peixoto de Vasconcelos (examinador(a)s) e Dr^a Ariane Norma de Menezes Sá (orientadora), com o objetivo de proceder à arguição do Trabalho de Conclusão de Curso de intitulado “**Entre canhões e nações: a atuação de Thomas Cochrane nas Guerras de Independência do Chile, Peru e Brasil e na Confederação do Equador**”, como requisito parcial e conclusivo para obtenção do grau de Licenciada em História. Após a arguição, os membros da Banca reuniram-se para deliberar sobre a nota a ser atribuída ao referido Trabalho de Conclusão de Curso. A presidente da sessão, Prof^a Dr^a Ariane Norma de Menezes Sá, comunicou ao aluno e aos demais presentes que, por decisão da Banca, foi atribuída ao Trabalho de Conclusão de Curso a nota 10,0 (dez). Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelos membros da Banca.

João Pessoa, 03 de outubro de 2025.

Prof^a. Dr^a Ariane Norma de Menezes Sá (**Orientadora**)

Prof^a. Dr^a. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (**Examinadora**)

Prof. Dr. Lúcio Flávio Sá Leitão Peixoto de Vasconcelos (**Examinador**)

Dedico este trabalho a Deus, que me presenteia todos os dias com o fôlego de vida e me dá força e coragem para alcançar os meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me concedido saúde, sabedoria e força para enfrentar cada etapa dentro da Universidade Federal da Paraíba. Sem sua presença constante em minha vida, nada disso teria sido possível.

Agradeço profundamente à minha família, que sempre esteve ao meu lado, apoiando-me incondicionalmente nos momentos de dúvida e dificuldade. Vocês são minha base e minha inspiração diária.

À minha esposa Denise, minha companheira nos dias bons e também nos dias difíceis, meu amor e minha fortaleza. Obrigado por acreditar em mim, por seu carinho, paciência e incentivo contínuo. Esta conquista também é sua.

Aos meus amigos Márcio, Karol e Geraldo, que estiveram presentes em diferentes momentos dessa caminhada, oferecendo apoio, amizade e palavras de encorajamento quando mais precisei. Sou grato pelos trabalhos realizados juntos, pelas risadas e pelas conversas que sempre ficarão em minhas lembranças.

À minha orientadora Ariane, agradeço pela dedicação, paciência e por compartilhar seus conhecimentos de forma tão generosa e humilde. Sua orientação foi essencial para a realização deste trabalho e para o meu crescimento profissional e pessoal. Sem seu suporte, este trabalho não existiria.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade, o meu muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho investiga a atuação do almirante Thomas Cochrane nos processos de independência do Chile, Peru e Brasil, bem como na repressão à Confederação do Equador. A pesquisa tem como objetivos analisar suas campanhas militares, identificar as contradições de sua trajetória e avaliar seu papel na formação da Marinha Imperial. A metodologia utilizada foi a análise historiográfica, a partir das obras de Laurentino Gomes, George Ermakoff (dileta) e Brian Vale (historiador), dialogando com o referencial teórico de Michel de Certeau sobre a “operação historiográfica”, além de contribuições de Mary del Priore e Lilia Schwarcz acerca da biografia. A trajetória de Cochrane também evidencia a atuação de outros personagens, como Brant Pontes e Cunha Moreira, fundamentais para a consolidação da Marinha. Conclui-se que sua participação revela as tensões entre interesses pessoais e nacionais, desafiando leituras simplistas de herói ou mercenário.

Palavras-chave: Independência do Brasil; Thomas Cochrane; Marinha Imperial; Biografia; Historiografia.

ABSTRACT

This work investigates the role of Admiral Thomas Cochrane in the independence processes of Chile, Peru, and Brazil, as well as in the repression of the Confederation of the Equator. The research aims to analyze his military campaigns, identify the contradictions of his trajectory, and evaluate his role in the formation of the Brazilian Imperial Navy. The methodology adopted was historiographical analysis, based on the works of Laurentino Gomes, George Ermakoff (dilettante), and Brian Vale (historian), in dialogue with Michel de Certeau's concept of "historiographical operation," as well as contributions from Mary del Priore and Lilia Schwarcz on biography. Cochrane's trajectory also highlights the role of other figures, such as Brant Pontes and Cunha Moreira, who were fundamental for the consolidation of the Navy. It is concluded that his participation reveals the tensions between personal and national interests, challenging simplistic views of him as either hero or mercenary.

Keywords: Brazilian Independence; Thomas Cochrane; Imperial Navy; Biography; Historiography.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capítulo 1 - Biografia: Um desafio.....	12
Capítulo - Uma carreira de sucesso.....	20
1- O início	20
2 – A serviço da independência do Chile e do Peru	22
3 - Hasteando a bandeira verde e amarela.....	25
Capítulo 3 - Confederação do equador	31
1. Uma província em retalhos	31
2. Encruzilhada: Entre a política e a palavra	34
3. A ação da Marinha	36
Considerações finais.....	43
V. Referências.....	45

INTRODUÇÃO

A independência do Brasil, ocorrida no início do século XIX, foi um processo marcado por disputas políticas, militares, diplomáticas e econômicas, cujas complexidades extrapolam a imagem consagrada do "Grito do Ipiranga". Entre os personagens que atuaram diretamente nesse contexto, destaca-se Lorde Thomas Cochrane, um almirante escocês contratado por Dom Pedro I para comandar a Marinha Imperial e assegurar a unidade territorial do novo Estado independente. A trajetória de Cochrane no Brasil, contudo, não se limita a feitos heroicos ou a uma simples atuação militar estrangeira: envolve negociações políticas, interesses financeiros, disputas institucionais e embates com o próprio governo imperial.

O problema central que orienta este trabalho reside em compreender como a atuação de Cochrane, enquanto militar estrangeiro a serviço da causa imperial brasileira, foi permeada por tensões entre interesses pessoais e coletivos, entre expectativas contratuais e deveres políticos, revelando as contradições de um Estado em formação que, embora buscasse sua autonomia, ainda dependia de agentes externos para garantir sua estabilidade. A partir dessa problemática, propõe-se investigar as principais ações e campanhas militares lideradas por Cochrane durante o processo de independência, analisando não apenas suas contribuições bélicas e sua participação na defesa do território nacional, mas também seu papel na formação da Marinha do Brasil, instituição que se consolidava como elemento fundamental para a soberania do novo Estado.

Ao longo do trabalho, buscou-se ainda confrontar as distintas narrativas historiográficas que construíram diferentes representações sobre Cochrane, ora o classificando como um mercenário movido por interesses pessoais, ora o enaltecendo como um guerreiro dedicado à causa da liberdade brasileira. Essa dualidade interpretativa oferece um campo fértil para a análise historiográfica, permitindo não apenas revisitar sua trajetória, mas também refletir sobre como os autores, em diferentes momentos e contextos, elaboraram essas leituras acerca de sua participação no Brasil.

A metodologia adotada baseia-se na análise historiográfica e na leitura crítica das obras selecionadas, articulada com o referencial teórico de Michel de Certeau, em *A Escrita da História*, especialmente sua concepção da "operação historiográfica", que entende a produção do conhecimento histórico como fruto das escolhas, recortes e posicionamentos do autor, condicionado por seu tempo, lugar e objetivos narrativos. Também se insere aqui o diálogo com as reflexões de Mary Del Priore e Lilia Moritz Schwarcz sobre os usos e os limites do gênero

biográfico na história, particularmente no que se refere aos riscos de mitificação e de apego excessivo ao biografado. A partir dessas autoras, foi possível observar como a biografia pode, por um lado, reforçar imaginários cristalizados, e, por outro, funcionar como instrumento para iluminar tensões políticas, culturais e sociais de um período.

Dos autores que fundamentaram a pesquisa sobre o Lorde Cochrane apenas um é historiador — Brian Vale —, os outros dois atuam fora da academia: o jornalista Laurentino Gomes e o editor e entusiasta da história George Ermakoff. O cruzamento dessas vozes permite observar como a escrita da história, mesmo fora dos círculos acadêmicos tradicionais, contribui para a formação da memória pública e para a construção de sentidos sobre o passado nacional.

No capítulo I foi realizada uma análise historiográfica envolvendo os três autores que foram utilizados na pesquisa — Laurentino Gomes, George Ermakoff e Brian Vale —, com foco em suas formações, objetivos editoriais e modos de escrita. Baseado no pensamento de Michel de Certeau, foram destacados os limites, as escolhas narrativas e os vínculos entre lugar social e produção de sentido histórico. Essa etapa do trabalho estabelece as bases para o diálogo crítico com as fontes.

O capítulo II se debruça sobre a atuação de Cochrane nos processos de independência que participou na América do Sul, abrangendo sua passagem pelo Chile, Peru e Brasil. São analisadas as estratégias militares empregadas, como a libertação do porto de Valparaíso, a expedição ao Peru e, no caso brasileiro, o bloqueio da Bahia, a campanha no Maranhão e a formação da Marinha Imperial. O capítulo enfatiza tanto a eficácia de Cochrane como comandante naval quanto os impasses políticos que enfrentou, especialmente em relação às promessas de pagamento pelas presas de guerra. Por fim, observa-se como cada autor apresenta e interpreta esses episódios em suas narrativas.

Já o capítulo III aborda o envolvimento de Cochrane na repressão à Confederação do Equador, momento em que sua atuação adquire novos contornos. Aqui, o foco recai sobre sua ausência durante parte da campanha, suas tensões com Lima e Silva, e a crítica que sofreu por parte da administração imperial. A partir disso, discutem-se as implicações políticas de sua postura e como ela refletiu as contradições entre interesses nacionais e estrangeiros. O capítulo finaliza confrontando essas leituras com as abordagens dos autores estudados, evidenciando seus julgamentos e silenciamentos sobre o papel de Cochrane nesse episódio.

Dessa forma, ao revisitar a trajetória de Cochrane através da biografia enquanto ferramenta metodológica, este trabalho busca contribuir para uma leitura crítica e problematizadora da Independência do Brasil e dos processos que moldaram o nascente Estado imperial. Logo, procura também trazer uma visão mais matizada da Independência, longe dos

mitos de origem que a apresentam como processo linear e harmonioso. Sua história é, em muitos aspectos, a história das contradições de um Brasil que nascia entre a herança colonial e a incerteza do futuro.

CAPÍTULO 1 - BIOGRAFIA: UM DESAFIO

Falar sobre a vida do Almirante lorde Thomas Cochrane não é fácil, na verdade trabalhar com biografia em geral não é, mas o que trago aqui não é uma exaltação, mitificação de um personagem como figurava o gênero biográfico no século XIX. Antes de tudo, busco analisar as condições históricas, sociais e políticas que estavam inseridas na passagem do Almirante pela América do Sul, em especial no Brasil, e as representações que o colocam na historiografia que conta a história do processo de independência.

Em seu artigo, *Biografia: quando o indivíduo encontra a história*. Mary del Priore, relata que Marc Ferro (1989), considerava que a biografia era o aleijão da “história”. Sendo ele mesmo um biógrafo, suas críticas construtivas são direcionadas a valorização das massas. A princípio, Ferro postula que a historiografia do século XX, especialmente influenciada pela Escola dos Annales, focava mais nas coletividades do que em indivíduos específicos. Isso levava a um afastamento da biografia como ferramenta historiográfica e a influência do determinismo e do funcionalismo.

Além disso, ele ainda interpreta que as análises marxistas e estruturalistas que marcaram a produção historiográfica europeia nos anos 1960 tendiam a minimizar o papel dos indivíduos, enfatizando fatores estruturais (econômicos, sociais e políticos) como determinantes dos acontecimentos históricos. Ou seja, Ferro apontava que, nesse contexto historiográfico, a biografia parecia deslocada, pois a tendência era estudar os processos históricos em larga escala, deixando de lado a influência e as trajetórias de personagens específicos. Del Priore, destaca a importância de uma biografia que contextualiza adequadamente o indivíduo dentro dos marcos sociais, econômicos e políticos da época em que o biografado viveu (DEL PRIORE, 2009, p. 7).

Num primeiro momento a biografia foi importante para a hagiografia, o qual encarregou-se de demonstrar a exemplaridade humana ao trazer a história dos santos, clérigos, profetas, aqueles que inspiraram a fé em seus leitores. A partir dos séculos XII e XIII, os santos foram saindo das igrejas e passaram a influenciar o cotidiano das pessoas. A santidade passou a ser imitada e a narrativa heroica sobre a vida dos cavaleiros invadiu a Idade Média. Com isto, temos o início de um período de heróis. Heróis, ao mesmo tempo, indivíduos capazes de transferirem valores positivos, valores estes considerados “sagrados”.

Com o Renascimento, levanta-se a ideia de o indivíduo olhar para si mesmo, quando o Homem começou a se libertar de normas e condutas que o obrigavam a se comportar como a

igreja ordenava. Por exemplo, nas obras de artes, sobretudo no Norte da Europa, retratos pintados por Jan Van Eick (1390-1441), Roger van de Vries (1400-1464) e Dürer (1471–1528), entre outros, confirmaram a valorização de sua existência. Ele ousou dizer “eu”. Houve uma reviravolta no núcleo social. O antropocentrismo foi tomando conta e o que antes era imposto por Deus, Estado e família, agora não é mais.

É neste ponto que a biografia ganha cada vez mais destaque, com a afirmação do “Eu” (O homem no centro), quando escrever sobre si se torna a sensação do momento. No século XVIII, o herói do medievo é trocado pelos grandes homens e para tal este “grande homem” necessitaria ter uma função: ser proveitoso à sociedade. Portanto, de qual maneira era possível contar seus feitos? Por meio da biografia, a qual dicionarizada em 1721, significava um gênero que tinha por objeto a vida dos indivíduos (DEL PRIORE, 2009, p. 8). O que as biografias eram antes? Antes, as biografias apareciam na forma de “memórias”, ou seja, relações escritas nas quais o indivíduo narrava fatos dos quais participou ou foram testemunhas.

Outrossim, Lilia Moritz Schwartz (2013) destaca que a biografia ganhou proeminência no século XIX, tornando-se um modelo de fazer história com a finalidade de enaltecer e engrandecer os indivíduos que seriam biografados. Portanto, podemos observar que, nessa época, as histórias de reis, príncipes, senadores e governantes eram as mais recomendadas para os autores que quisessem dignificar seu personagem, sua pátria e nacionalidade. No Brasil, esse modelo foi amplamente utilizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para a realização e divulgação de obras dos sócios e de outros autores importantes da época. Um fato interessante é que se media a importância do biografado, a partir de quem realizava sua biografia. A biografia era muito comum na produção do IHGB, posto que, quando um dos sócios falecia, dizia a regra local, era preciso realizar uma peça biográfica que seria impressa nas páginas da revista do estabelecimento (SCHWARCZ, 2013, p. 53).

Segundo Mary Del Priore (2009) no século XIX, as biografias também tiveram importante papel na construção da ideia de “nação”, imortalizando heróis e monarcas, ajudando a consolidar um patrimônio de símbolos feito de ancestrais fundadores, monumentos, lugares de memória, tradições populares etc. Esta concepção foi retomada pela corrente positivista. A biografia confundiu-se com a exaltação das glórias nacionais, no cenário de uma história que embelezava o acontecimento, o fato. Foi a época de ouro de historiadores renomados como: Taine (1828–1893), Fustel de Coulanges (1830-1889) e Michelet (1798–1874), esse último autor de excepcionais retratos de Danton a Napoleão. (DEL PRIORE, 2009, p. 9).

A Escola dos Annales¹ renovou os métodos de trabalho do historiador, com a emergência da nova história social e a influência marxista, enfatizando estruturas, condições socioeconômicas e materiais, o que relegou a biografia a um segundo plano. No entanto, ao longo do tempo, a Escola dos Annales não rejeitou completamente a biografia. Em vez disso, alguns historiadores passaram a explorar como ela poderia complementar a análise de questões mais amplas sobre estruturas sociais e culturais. Assim, a biografia encontrou um lugar renovado na historiografia influenciada pela Escola dos Annales em suas fases posteriores.

Contudo, o que parecia ser um retorno triunfal da biografia gerou um intenso debate entre historiadores e sociólogos, especialmente após a publicação do polêmico texto “L’illusion biographique” (PIERRE BOURDIEU, 1986). Nesse trabalho, Bourdieu critica a subjetividade das biografias históricas, argumentando que elas frequentemente constroem personagens fictícios. Para ele, “a história de vida é uma dessas noções do senso comum que entraram, de contrabando, no universo erudito”². Em suma, Pierre Bourdieu usa o conceito de “ilusão biográfica” para destacar como as biografias podem perpetuar uma visão simplificada e idealizada da realidade, promovendo uma narrativa de sucesso individual que pode obscurecer as desigualdades e as complexidades sociais subjacentes. Ele enfatiza a importância de uma análise crítica e contextualizada das histórias individuais dentro de um quadro mais amplo de estruturas sociais e de poder.

É interessante destacar que após essas críticas, ao invés dos historiadores fugirem desse gênero ocorreu o inverso: passou-se a pensar a biografia por um ângulo novo. Assistiu-se, assim, a uma volta desse tipo de narrativa, mas de uma biografia que nada tinha a ver com um retorno à história heroica e literária dos grandes homens. Del Priore vai nos dizer que Jacques Le Goff acreditava que essa biografia dos tempos anteriores era “tradicional, superficial, anedótica, cronológica, sacrificada a uma psicologia ultrapassada e incapaz”. Enterrava-se, assim, a biografia positivista dos tempos passados (DEL PRIORE, 2009, p. 9).

Não é raro percebemos que alguns personagens históricos são “heroicizados”, sem o devido mérito, ou “esquecidos”. Acreditamos que isso se deve à desinformação e à falta de

¹ Escola dos Annales foi uma das principais escolas históricas do século XX, formada por historiadores vinculados ao periódico acadêmico francês “Annales d’histoire économique et sociale”. Ela promoveu uma renovação e ampliação das pesquisas históricas, abordando temas pouco explorados e rompendo com a fragmentação das ciências sociais ao adotar métodos interdisciplinares. Lucien Febvre e Marc Bloch são os principais nomes associados à fundação da Escola dos Annales. Ambos buscavam combater o positivismo histórico, defendendo uma abordagem historiográfica que incorporasse novas fontes e perspectivas. A Escola dos Annales é comumente dividida em quatro gerações. (REIS, J. C. Escola dos Annales: a inovação em História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000).

² BOURDIEU, Pierre. L’illusion biographique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. v. 62-63, jun., p. 69-72, 1986.

pesquisa. Neste trabalho, apresentamos o personagem Lorde Thomas Cochrane, que atuou nos processos de independência do Chile, Peru e do Brasil e foi o único a receber a patente de Primeiro Almirante da marinha brasileira, concedida por Dom Pedro I, e condecorado com o título nobiliárquico de Marquês do Maranhão e com a recém-criada Ordem do Cruzeiro do Sul, pelos seus feitos militares a serviço do Brasil. Discutiremos seu papel na consolidação da emancipação política e militar do Brasil nos anos de 1823-1825 (período em que ele permaneceu no Brasil) e os feitos que o transformaram em herói para uns e mercenário para outros.

Inúmeras são as fontes em que se pode buscar informações sobre o biografado. Não se encontram somente biografias e sua autobiografia, como também, em qualquer trabalho que envolva a história da independência brasileira ou a história naval brasileira, o nome de Lorde Thomas Cochrane estará citado. Ademais, a historiografia britânica faz referência frequente a Cochrane, tratando-o como um dos seus principais almirantes e personagens políticos do século XIX.

Ao mesmo tempo em que a pesquisa se baseia em uma biografia, o objetivo não é defender ou julgar Cochrane como herói ou mercenário com base em juízo de valor subjetivo. Em vez disso, a análise busca compreender como outros escritores o caracterizam e avaliar sua contribuição para o sucesso da emancipação política e militar brasileira, liderada por D. Pedro I, bem como na formação da marinha imperial. Há de se considerar, por fim que, discutir Cochrane implica reposicionar o foco histórico para além do marco tradicional da independência às margens do rio Ipiranga, evidenciando que o processo da independência foi complexo e não pacífico. Essa abordagem permite ampliar a análise para outros contextos geográficos e temporais negligenciados por décadas pela historiografia.

Ao fazer a análise da historiografia que conta a história de nosso personagem, estarei atento ao que é preconizado por Michel de Certeau, em *A Escrita da História* (1982), que nos alerta:

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da "realidade" da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada "enquanto atividade humana", "enquanto prática". Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas "científicas" e de uma escrita". (Certeau, 1982, p. 57)

Portanto, a produção histórica não é uma atividade autônoma, mas influenciada por fatores internos e externos que orientam as escolhas teórico-metodológicas do autor. Por exemplo, Laurentino Gomes, em sua trilogia "1808", "1822" e "1889", adota uma linguagem

acessível e uma narrativa jornalística com o objetivo de fazer com que o leitor que não se interessa por história, apaixonar-se por ela. Assim, ele opta por utilizar uma escrita acessível e uma narrativa leve, sem se preocupar com questões de ordem teórica ou metodológica, como requer a academia.

Gomes deixa claro que realiza um trabalho de não ficção, utilizando uma linguagem jornalística para construir o texto com o objetivo de garantir a atenção do leitor. Vejamos os títulos provocativos de seus livros: *1808: Como uma Rainha Louca, um Príncipe Medroso e uma Corte Corrupta Enganaram Napoleão e Mudaram a História de Portugal e do Brasil* (2007); *1822: Como um Homem Sábio, uma Princesa Triste e um Escocês Louco por Dinheiro Ajudaram D. Pedro a Criar o Brasil - um País que Tinha Tudo para Dar Errado* (2010); *1889: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a Proclamação da República no Brasil* (2013).

Em entrevista, Laurentino comenta sobre suas capas: “um historiador acadêmico não usaria essa linguagem — aliás, não deve. O que eu estou fazendo? Eu estou lançando uma isca, tentando capturar o leitor pela capa do livro³”. De acordo com Certeau (1982), o discurso acadêmico é regido por um conjunto de regras que definem sua estrutura e legitimidade. Essas regras são reflexo da instituição e da ordem social em que a disciplina de História está inserida. A validade de um discurso acadêmico depende da aceitação e da aprovação da comunidade de outros historiadores, que avaliam se o trabalho está em conformidade com os padrões e normas estabelecidas pela disciplina (Certeau, 1982, p. 72).

Por outro lado, o historiador ao enveredar por caminhos que não prezam pelas normas acadêmicas estabelecidas pode ser marginalizado pela comunidade científica, evidenciando um ordenamento do pensamento científico que não deve ser ignorado. Ademais, as obras de Gomes, com títulos atraentes, tendem a despertar o interesse do público e estimular as vendas. Embora o objetivo principal da sua escrita seja mais direcionado ao grande público do que a uma investigação acadêmica aprofundada, isso não diminui seu mérito como divulgador de eventos históricos significativos, especialmente considerando que seus livros abordam datas marcantes da linha do tempo da história do Brasil.

³ Trecho retirado de entrevista realizada pelo jornal *Candido*, disponível em <https://www.bpp.pr.gov.br/Candido/Pagina/Um-Escritor-na-Biblioteca-I-Laurentino-Gomes>. Acesso: 1 de fev., 2025.

Outro importante escritor que utilizaremos neste trabalho é George Ermakoff,⁴ que não é historiador, mas se destacou como um importante promotor da cultura e da história brasileira. Como escritor e editor, ele publicou diversas obras de relevância para o resgate e a preservação da memória cultural do Brasil. Entre seus trabalhos mais conhecidos estão *Bibliotecas Brasileiras*; *Genevieve Naylor: uma fotógrafa norte-americana no Brasil, 1940-1942* (2018); e a série de crônicas fotográficas sobre o Rio de Janeiro, abrangendo períodos históricos distintos: *Rio de Janeiro 1840-1900: uma crônica fotográfica* (2009); *Rio de Janeiro 1900-1930: uma crônica fotográfica e Rio de Janeiro 1930-1960: uma crônica fotográfica* (2008).

Em 2021, lançou *Lorde Thomas Cochrane: um Guerreiro Escocês a Serviço da Independência do Brasil, uma biografia*. Este livro nos permite entender melhor a vida do Almirante, lembrando que estamos sob a perspectiva de um escritor que não possui a formação acadêmica em história ou alguma especialização na área e que, também, é dono de uma editora de sucesso. O livro destaca não apenas o papel fundamental do almirante escocês na luta pela independência brasileira, mas também explora as complexidades de sua atuação, abordando as interações entre interesses individuais, contextos políticos e ambições imperiais. Ao selecionar e apresentar um vasto conjunto de documentos e imagens, George Ermakoff exemplifica o que Michel de Certeau (1982) denomina “operação historiográfica”. Essa operação envolve a coleta de vestígios do passado, a organização e interpretação de vestígios do passado em uma narrativa coerente⁵. Dessa forma, o livro de Ermakoff exemplifica como a prática historiográfica constrói uma determinada visão do passado, moldada pelas escolhas e perspectivas do autor.

Com isto posto, ao longo do texto, percebe-se que o autor se estende excessivamente em descrições minuciosas, o que pode tornar a leitura cansativa. Em determinados momentos, ele dedica páginas a detalhes que pouco acrescentam à compreensão da trajetória de Cochrane, o que compromete a fluidez do texto. Além disso, Ermakoff demonstra uma insistente tentativa de defender o seu objeto, correndo o risco de “heroicizar” o biografado, perigo que correm os autores que fazem biografia (SCHWARCZ, 2013, p. 52).

Esse viés é perceptível, por exemplo, no episódio de corrupção envolvendo Cochrane e seu tio na bolsa de valores de Londres, onde o autor dedica várias páginas à defesa do almirante, minimizando sua responsabilidade no caso. Da mesma forma, ao tratar da atuação do capitão-tenente John Grenfell no Pará, subordinado de Cochrane, Ermakoff adota uma postura acrítica

4 Graduado em administração industrial e possui uma carreira sólida na indústria de transporte aéreo, atuou por 40 anos em cargos de gestão e liderança em empresas como a Varig, Rio-Sul Linhas Aéreas e no Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SANTOS, E. M.; ARAÚJO, J. S.; ARAÚJO, R. C. A. 2023, p.2)

⁵ (CERTEAU, 1982, p. 62).

em relação ao julgamento do capitão, confiando plenamente na legitimidade das cortes da época, sem questionar as circunstâncias políticas e jurídicas que levaram à sua absolvição.

Dessa forma, apesar de seu mérito em termos de pesquisa e reconstituição histórica, a obra de Ermakoff apresenta certas limitações críticas. A partir da perspectiva de Schwartz, pode-se argumentar que sua narrativa, ao invés de apresentar uma problematização crítica do biografado, tende a reforçar uma visão laudatória do personagem:

O resultado, muitas vezes, é a construção de biografias que se comportam quase como destinos ou verdadeiros tribunais de defesa. [...], mas é claro, também, como essas são armadilhas que assaltam a todo aquele que resolve enveredar por esse gênero poroso chamado biografia (Schwarcz, 2013, p. 52).

Assim, sua escrita se aproxima mais de uma biografia apologética do que de uma análise historiográfica rigorosa, comprometendo a objetividade que se espera de um estudo acadêmico.

Por fim, o escritor que também usaremos é o Brian Vale⁶, historiador naval especializado em Thomas Cochrane, que analisa a importância de suas estratégias navais e nas consequências de sua atuação. Ele analisa minuciosamente os combates liderados pelo almirante e as táticas empregadas, proporcionando uma visão mais objetiva e menos emocional sobre seu legado. Para Vale (2002), Cochrane foi um profissional extremamente competente, cuja contribuição para a Marinha do Brasil foi inegável, apesar dos conflitos e desentendimentos que marcaram sua passagem pelo país.

Vale demonstra na sua abordagem que outros personagens foram importantes para a consolidação da independência brasileira. Embora Cochrane tenha sido uma peça importante, outros personagens foram essenciais para o sucesso da esquadra brasileira. “A história tem sido benévola com Cochrane” destaca Vale. Segundo o autor, a história tem sido generosa com o almirante, reconhecendo sua contribuição para tornar a marinha imperial uma força de combate e o seu talento militar. Porém, Cochrane não poderia ter obtido sucesso sem os esforços, provisões militares, alimentação e pagamentos, os quais eram providenciados por Luiz da Cunha Moreira e, subsequentemente, por Francisco Vilela Barbosa. Sem um corpo de tripulantes confiáveis, recrutados inicialmente por Caldeira Brant Pontes, seus navios não teriam alcançado a vitória (VALE, 2020, p. 48). Portanto, atribuir o sucesso de um evento nas

⁶ Brian Vale é um membro vitalício da Society for Nautical Research e da Navy Records Society. Especialista nas Guerras de Independência na América Latina e suas consequências, Vale escreveu uma extensa obra sobre as atividades de Lorde Cochrane no continente. Ele também contribuiu, juntamente com o volume sobre a Independência, para a História Naval Brasileira oficial e escreveu artigos para jornais históricos britânicos e sul-americanos. Além disso, é autor de um livro sobre a Guerra Brasil-Argentina de 1826-1828. Disponível em: <https://www.navyrecords.org.uk/author-profiles/brian-vale/>. Acesso: 2 de fev., 2025.

mãos de um único personagem, embora suas proezas navais sejam realmente lendárias, não é trabalho de um historiador atento à complexidade histórica.

A partir dessas três abordagens, fica evidente que a historiografia sobre Thomas Cochrane não é homogênea. Gomes (2010), o retrata como um mercenário e essencial para a independência, Ermakoff (2021), destaca seu papel central no sucesso da esquadra, pois, a seu ver, sem ele, a consolidação da independência nas províncias não teria sido um sucesso. Já Vale (2020), enfatiza o aspecto técnico e estratégico de sua atuação, destacando a contribuição de outros personagens. Essas diferentes perspectivas refletem as escolhas narrativas de cada autor, bem como a natureza dinâmica da história, que é reinterpretada ao longo do tempo.

CAPÍTULO - UMA CARREIRA DE SUCESSO

1- O início

O almirante Lord Thomas Cochrane nasceu no dia 14 de dezembro de 1775 em Annsfield, atualmente parte da cidade de Hamilton, em Lanarkshire, a cerca de 25 km de Glasgow, na Escócia. Era o filho primogênito de Archibald Cochrane e Anna Gilchrist. Seus irmãos eram Basil, William Erskine e Archibald. Três outros irmãos de Cochrane morreram ainda recém-nascidos (ERMAKOFF, 2021, p.15). Aos nove anos, perdeu sua mãe, e sua avó materna assumiu o papel fundamental de educar os netos. Cochrane comenta em sua autobiografia a influência significativa de sua avó:

Percebendo que a nossa instrução estava em perigo a dedicação de minha avó materna senhora Gilchrist incentivou-a a aplicar sua pequena renda as necessidades de seus netos. (ERMAKOFF, 2021, p.16)

Embora pertencesse a uma classe nobre da região escocesa, Cochrane não teve uma vida de luxo. A morte de sua mãe e os empreendimentos malsucedidos de seu pai, que geraram muitas dívidas, afetaram significativamente sua vida. Seu pai Archibald Cochrane foi um cientista e inventor, entretanto, segundo Ermakoff (2021), “foi bastante fértil em suas ideias e descobertas, mas um péssimo homem de negócios”. Iniciou sua carreira no exército, onde não passou muito tempo, pois logo a deixou para dedicar-se a vida civil. Para fugir das dívidas, refugiou-se em Paris, onde permaneceu até sua morte em julho de 1831.

Archibald Cochrane pretendia que seu filho fizesse carreira no exército e, por meio de conhecidos e familiares, conseguiu a comissão de cadete no 104º regimento da infantaria, onde Cochrane passou por um severo treinamento militar. No entanto, Cochrane aspirava servir na marinha, seguindo os passos do seu avô materno, o comandante James Gilchrist. Com a eclosão da revolução francesa e a decapitação do rei Luís XVI em 1793, os britânicos expulsaram o embaixador francês da Inglaterra. Após 10 dias, a França declarou guerra aos Grã-Bretanha. Naquele momento, o país se encontrava em estado de guerra e Cochrane teria que escolher seu caminho profissional e, após convencer seu pai, optou por seguir carreira na marinha (ERMAKOFF, 2021, p.16).

A situação de Cochrane era peculiar, pois, embora nunca tivesse servido efetivamente na marinha, no papel já fazia parte nela há muito tempo, devido a uma prática comum entre os oficiais britânicos de beneficiar parentes e conhecidos. Seu nome constava nos registros de bordo dos navios comandados pelo seu tio e estava na lista de pessoal embarcado nos navios

HMS7 Vesuvius, Caroline, Sophie e Hind. Assim, sem nunca ter posto os pés numa única embarcação, ele acumulou 13 anos de serviço naval fictício. Essa manobra o colocava em melhores posições no ranking de senioridade, as quais lhe conferia vantagens nas promoções. Aos 17 anos, Cochrane iniciou, de fato, a carreira naval a bordo do HMS Hind, o que para a época já era tarde, visto que o usual era começar entre 9 a 14 anos.

Cochrane foi admitido como marinheiro apto, uma patente que exigia conhecimento prático, estar familiarizado com os trabalhos de bordo e ter pelo menos dois anos de experiência no mar, no entanto, no seu caso a experiência estava apenas no papel (ERMAKOFF, 2021).

Durante seu tempo no HMS Hind, Cochrane aproveitou para adquirir experiência na manutenção da fragata, sobretudo com os equipamentos bélicos de navegação, mastros velas e cabos. Quando seu tio, o comandante da fragata, foi designado para operar o HMS Thetis, toda a tripulação do HMS Hind foi transferida e Cochrane foi promovido a guarda marinha. No dia 13 de janeiro, Cochrane partiu com seu tio para a primeira missão, que consistia em patrulhar a Costa da Noruega em busca de corsários franceses que poderiam colocar em risco o comércio britânico (ERMAKOFF, 2021).

Posteriormente, seu tio promoveu-o a tenente, aproveitando uma vaga que surgiu a bordo do navio que comandara. Logo após, Cochrane foi transferido para o HMS África (64 canhões), onde patrulhou o sul da Flórida. Em seguida, ao chegar às Bermudas, foi novamente transferido, desta vez para a corveta HMS lynx (16 canhões). Durante esse período de mudanças, o HMS Thetis participou de uma intervenção bem-sucedida, capturando dois navios de guerra franceses. Com o sucesso da operação, o tenente John Larmour foi promovido, e Cochrane acaba retornando ao seu antigo navio, perdendo, portanto, a oportunidade de passar pelo seu batismo de fogo. (ERMAKOFF, 2021, p. 38)

Após um ano e meio, Cochrane foi transferido para o HMS (74 canhões), Navio Capitania sob o comando de George Vandeput, que liderava a frota britânica na América do Norte. Durante uma escala na Virgínia Cochrane escreveu uma carta ao seu pai, descrevendo a situação dos negros escravizados naquele região:

“Mesmo no frio inclemente de inverno 9/10 dos escravos não possuíam cobertores ou camas e alguns andavam quase sem roupa. Acrescentou que tinha visto o suficiente naquele país para curar qualquer defensor do comércio de escravos ou qualquer um que desejasse dar apoio a essa horrível violação da Liberdade natural” (ERMAKOFF, 2021, p. 40).

7 Os navios de guerra britânicos são identificados pelo prefixo HMS, que significa “Her/his Majesty’s Ship” (Navio de Sua Majestade). Outras monarquias também adotam prefixos semelhantes, enquanto os navios norte-americanos usam o prefixo USS, que significa “United States Ship” (Navio dos Estados Unidos).

Em maio de 1798, o navio *Resolution* retornou à Nova Escócia, e Cochrane foi novamente transferido para a fragata comandada por seu tio. Somente em abril de 1800 ele assume o comando da sua primeira embarcação, o HMS *Speedy* (14 canhões), uma brigue-corveta que tinha uma tripulação reduzida, mas o jovem Cochrane não imaginava que alcançaria tanto sucesso com esse navio. Segundo o escritor Aldo Azevedo (1954), “durante os 13 meses de cruzeiro no *Speedy*, lorde Cochrane aprisionou 50 navios, com 122 canhões, e fêz 534 prisioneiros” (AZEVEDO, 1954, p. 113).

2 – A serviço da independência do Chile e do Peru

Era uma celebridade internacional, equivalente hoje aos grandes astros de Hollywood. Ou, numa comparação mais próxima dos brasileiros, ao Rei Pelé, nos campos de futebol, e a Ayrton Senna, nas pistas de Fórmula 1. Herói dos mares, alto, bonito e destemido, seus feitos eram celebrados em romances e folhetins, debatidos nos jornais britânicos e alvo da inveja e da curiosidade no mundo todo (GOMES, 2010, p. 174).

Durante o processo de independência do Chile e do Peru, Cochrane estava no auge de seu poder e fama. Depois de uma brilhante carreira como comandante de fragata nas guerras napoleônicas, ele havia conquistado reconhecimento por suas habilidades em assustar os franceses e dominar o mar mediterrâneo. Porém, seu temperamento gerou problemas com o almirantado britânico. Seu envolvimento em uma fraude na bolsa de valores⁸ de Londres em 1814 resultou em prisão e demissão da Royal Navy⁹. Após o escândalo financeiro, mesmo contando com apoio popular, sua carreira militar e política chegou ao fim. Foi demitido da marinha e perdeu também o título de nobreza que tinha sido conferido nos tempos de glória — o de Cavaleiro da Ordem do Banho. Entretanto, essa situação marcou o início de uma nova fase de sua vida. Nas palavras de Gomes “Começava ali, no entanto, a segunda e mais notável fase de sua carreira: a de libertador dos povos ao redor do mundo” (GOMES, 2010, p. 176).

O que chama a atenção é o contraste entre a afirmação anterior e a seguinte frase: “Cochrane era teimoso, narcisista e louco por dinheiro” (GOMES, 2007, p. 175). Essa mudança de tom gera uma contradição interessante, pois sugere que Cochrane poderia se tornar um

⁸ Em 1814, envolveu-se num escândalo da bolsa de valores de Londres, quando um falso coronel Francês apareceu dizendo que Napoleão estava morto, obviamente a notícia era falsa, porém as ações das quais os envolvidos mantinham em carteira acabaram disparando e venderam na alta, um dos envolvidos era Cochrane. O inquirido descobriu que o falso coronel teria ido em sua casa trocar de roupa para esconder o uniforme francês, com base nessas informações Cochrane ficou preso por um ano. (GOMES, 2007, p. 97)

⁹ Significa: Marinha real britânica.

libertador dos povos ao redor do mundo apesar de suas falhas pessoais. A narrativa jornalística que utiliza frases fortes e emblemáticas pode levar a situações paradoxais como essa.

Com a invasão e ocupação da Espanha pelas tropas de Napoleão, os movimentos emancipadores na América hispânica ganharam força. Países como Argentina, Paraguai e a República da Colômbia conseguiram conquistar sua emancipação, mas o Chile e o Peru enfrentavam mais dificuldades. O alto Peru era uma preocupação para Bernardo O'Higgins e José de San Martín, pois era um local estratégico para a defesa dos países do Sul e do Norte contra a influência espanhola. Todavia, o deslocamento por terra era inviável devido a região desértica, tornando o transporte de tropas por esse local uma estratégia ineficaz. Para isso, os serviços do almirante Lorde Thomas Cochrane foram requisitados, e ele aceitou o convite. No dia 15 de agosto de 1818, Cochrane embarcou para a América do sul.

Cochrane recebeu uma lista de ordens específicas para sua missão no Peru, sendo a principal bloquear o Porto de Callao impedindo a comunicação marítima do principal Porto do Vice-Reinado do Peru. Além disso, ele deveria capturar todos os navios e propriedades espanholas que encontrasse no caminho (ERMAKOFF, 2021).

A tentativa de tomar Callao não foi bem-sucedida devido à forte resistência espanhola. Embora o almirante usasse a tática de içar bandeiras de países neutros ou aliados dos inimigos que iria atacar, no caso do Vice-Reinado do Peru, usou a bandeira dos norte-americanos, para se aproximar e tornar o ataque mais eficaz. O porto contava com uma artilharia de defesa pesada, era protegido pelo forte do Real Felipe, construído em 1747 e contava com 160 peças de artilharia, além do mais, havia espiões espanhóis observando os navios chilenos e a tentativa de tomar o Porto tornou-se inviável.

Entretanto, o bloqueio trouxe vários danos monetários para o Vice-Reino do Peru. Além disso, Cochrane aproveitou a oportunidade para atacar outros portos e cidades para saqueando e capturando presas de guerras. Muitas vezes, contou com a ajuda de patriotas locais que queriam se ver livre do julgo espanhol. Porém o problema era que quando Cochrane zarpava com sua esquadra, esses patriotas eram presos pelos defensores da coroa espanhola. Sabendo disso, ele é proibido de saquear cidades vizinhas, tendo em vista que ocasionaria mais mortes de patriotas depois de sua saída (ERMAKOFF, 2021).

Segundo Ermakoff (2021), o almirante sentiu-se frustrado por não conseguir conquistar Callao. Assim sendo, para mostrar serviço, mirou suas atenções no Porto de Valdivia, localizado a 1000 km de distância de Valparaíso, que era o maior reduto das forças realistas espanholas no Chile. A baía de acesso ao porto era protegida por diversos fortes e baterias, e

contava com a guarnição de 1500 soldados. Por meio de uma tentativa, aparentemente suicida, Cochrane realiza a missão da seguinte maneira, de acordo com Gomes:

Numa noite, penetrou sorrateiramente no porto de Valdivia, uma fortaleza marítima natural na costa chilena formada por rochas altíssimas, onde os espanhóis julgavam que seus navios estariam seguros. Protegidos pela escuridão, Cochrane e sua tripulação desembarcaram em pequenos botes a remo, escalaram os rochedos, renderam as sentinelas e capturaram todos os navios, canhões, armas e munições. Com esse único golpe de audácia, aniquilaram o poder naval espanhol na região. (GOMES, 2010, p. 178)

Cochrane sabia que somente pelos mares não conseguiria conquistar Valdivia, sendo necessário o apoio terrestre. Com a ajuda dos simpatizantes da causa patriota, Cochrane e seus homens conseguiram êxito na missão com um ataque simultâneo por mar e Terra. No dia 3 de fevereiro a Bandeira chilena estava fincada na praça central da cidade.

Após essa vitória, Cochrane continuou com o restante da esquadra a bloquear os portos e capturar navios espanhóis. Na costa, ele inspecionava navios neutros, como os norte-americanos e ingleses, exigindo licenças e cobrando impostos, embora não tivesse sido contratado para fazer isso. Diante dessa situação, o vice-rei do Peru acabou se retirando de Lima no dia 6 de junho de 1821. Contudo, somente 2 dias depois é que o exército espanhol efetivamente se rendeu, todavia, o ato solene da proclamação só ocorreu no dia 28 de julho de 1821, quando José San Martín é proclamado o protetor do Peru.

Embora as felicitações pelas conquistas estivessem em alta, Cochrane no dia seguinte escreveu para Martín alertando que era urgente o pagamento das tropas, visto que os soldados estavam atrasados há mais de um ano. A relação entre os dois não eram boas nem mesmo durante as batalhas por conta de divergências operacionais e logo, surgiram desentendimentos em torno de questões financeiras. Segundo Gomes:

Cochrane acusava o general José de San Martín de não lhe pagar as recompensas combinadas antes da contratação. Sem chegar a um acordo, o almirante roubou uma embarcação na qual San Martín tinha guardado todo o Tesouro Público do Peru como precaução contra um ataque que os espanhóis preparavam das montanhas. Parte do dinheiro foi usada para pagar os salários da tripulação. O restante, Cochrane embolsou (GOMES, 2010, p. 178).

Ermakoff (2021), não nega o crime cometido por Cochrane em roubar todas as provisões do vice-reinado peruano, mas diz que “Cochrane quitou um ano de atraso de pagamento a todos seus homens, exceto a ele próprio, que não quis receber sua parte, talvez para não ser acusado de ter agido em causa própria”. É possível observar uma defesa clara das atitudes do almirante por parte do autor. É nítido a falta de criticidade do biógrafo em acreditar que o almirante, que

também estava com os soldos atrasados, se sacrificaria em benefício da esquadra. (ERMAKOFF, 2021, p. 332)

Obviamente, em vista dos imbróglis, a parte do dinheiro que lhe foi prometida só foi paga 24 anos depois. Assim escreveu o historiador Chileno Carlos López Urrutia:

Foram muitos anos de cobrança e somente em 1845, no 25º aniversário da tomada de Valdivia, o presidente don Manuel Bulnes pediu ao congresso que se pagasse a Cochrane seis mil libras esterlina, a oitava parte do que se devia[...]. O congresso, por lei de 29 de outubro de 1845, concedeu o pedido como testemunho da gratidão nacional pelos serviços que prestou à república (URRUTIA, 2001, p. 255)

É importante destacar que esses problemas não são exclusivos do Chile e do Peru. Essas desavenças relacionados a pagamentos e, notadamente, às presas de guerra serão os principais motivos para sua reputação de mercenário. No caso do Brasil, como veremos a seguir, Cochrane enfrentará mais problemas com o tribunal das presas e com o ministério do governo do que com os soldados inimigos.

3 - Hasteando a bandeira verde e amarela

Venha meu Lorde. A Honra o convida, a Glória o chama. Um generoso Príncipe e toda uma nação o esperam. Venha, Hércules redivivo, e com seus nobres esforços, ajude a dominar a Hidra de cem cabeças de um terrível Despotismo. O Ocidente da América está salvo pela virtude de seu Braço (...). Venha já e proporcione às nossas Armas Navais a maravilhosa ordem e a incomparável disciplina da Poderosa Albion (NARRATIVAS, 2003, p. 38).

Essa foi a segunda carta escrita por Antônio Manuel Correia da Câmara, Cônsul do Império do Brasil, em Buenos Aires, convidando o almirante Lord Thomas Cochrane para trabalhar na consolidação da independência brasileira no comando da marinha. Mas o que aconteceu de fato para que o Brasil necessitasse de um almirante experiente? Não havia almirantes qualificados na marinha brasileira? Onde estavam os oficiais? Antes de responder essas perguntas, é necessário entender o contexto do império brasileiro naquele momento.

No dia 7 de setembro de 1822, nas colinas de São Paulo, Pedro I, príncipe regente do Brasil e herdeiro de Portugal, proclamou a independência do Brasil. Mas, a partir desse dia, as coisas não seriam fáceis, as cortes portuguesas não aceitavam a ideia de que sua antiga colônia agora seria um país independente. O recém-coroadado imperador precisava urgentemente forjar uma marinha brasileira para defender sua extensa costa marítima, proteger a unidade territorial e consolidar a independência. É importante destacar que embora D. Pedro I tenha proclamado

a independência, esse processo não foi pacífico e nem muito menos aceito por todas as regiões do Brasil (VALE,2020).

O ano de 1822, quando o governo do império se instalou, foi marcado por tensões e conflitos políticos. Enquanto o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo apoiavam a causa da independência brasileira, em outras regiões algumas províncias resistiram em aderir ao projeto liderado pelas elites dessas três unidades. O Pará e o Maranhão permaneceram fiéis às cortes portuguesas e, no Nordeste, havia variação: apenas Pernambuco mantinha o apoio ao Rio de Janeiro, enquanto as outras províncias estavam indecisas.

Na Bahia, os conflitos começaram mais cedo, em fevereiro de 1822, quando a população resistiu à designação do general Madeira de Melo como governador das armas. Nesse ínterim, a situação não era favorável às tropas brasileiras. Os portugueses tomaram o controle de Salvador e o imperador enviou um pequeno esquadrão comandado pelo chefe-de-divisão Rodrigo De Lamare, com tropas reforçadas e com uma ordem: bloquear Salvador. A missão foi um fracasso notável, pois as tropas eram formadas por homens desleais e despreparados (VALE,2020).

Diante disso, a situação era crítica para o império, pois as correspondências vindas da Europa traziam notícias de que Portugal estava tomando medidas para conseguir os recursos necessários para consolidar sua força na antiga colônia. Por isso, Felisberto Caldeira Brant Pontes, Cônsul do império brasileiro em Londres, informou que uma expedição estava saindo da Europa com cerca de 2000 homens, e que as ordens eram para que as tropas em Montevidéu se deslocassem em direção à Bahia e Pernambuco para assegurar a vitória naquela região (VALE,2020).

Portanto, a ameaça ao império naquele momento era muito séria. José Bonifácio e o imperador enfrentavam uma missão complexa: formar uma marinha decente em um curto período de tempo, capaz de proteger 4.700 milhas de costa. Eles sabiam que somente conquistando o domínio no mar poderiam expulsar os portugueses, forçar as províncias rebeldes a apoiar e colocar as outras províncias sob a autoridade do imperador.

É importante destacar que a marinha imperial era formada em sua grande maioria por oficiais portugueses, os quais, embora, jurassem lealdade à causa brasileira, em muitos momentos demonstravam deslealdade. O caso de De Lamare¹⁰ é um exemplo disso. Outro ponto importante é que o Brasil não tinha uma tradição marítima consolidada, como os britânicos e

¹⁰ A esquadra do Chefe-de-divisão Rodrigo De Lamare, enviada pelo imperador para conter as forças do Governador das Armas da Bahia, o general Inácio Luiz Madeira de Melo, foi um fracasso devido à falta de confiança da tripulação, composta em sua maioria por portugueses. (VALE, 2020, p. 7)

portugueses, e necessitava não apenas de oficiais como também de marinheiros qualificados. Ademais, ter uma marinha com bons navios e excelentes equipamentos é fundamental para a manutenção da soberania e da ordem, porém sem pessoas aptas a administrar e operar, esses recursos são ineficazes. Nesse contexto a figura do ministro Luiz da Cunha Moreira se destaca. O novo Ministro da Marinha e Capitão de Mar e Guerra, descrito como um “homem convicto, experiente e de grande integridade”, tinha a responsabilidade de prover os navios, recursos e homens necessários para formar a Marinha Imperial (VALE,2020).

Contudo, o império conseguiu aproveitar a herança deixada pelos portugueses. As instalações navais estabelecidas no Rio de Janeiro desde 1808 estavam prontas para serem incorporadas, incluindo a contadoria e auditoria, o Ministério da Marinha, a Intendência, o Conselho Supremo Militar, o hospital, academia de Marinha. Entretanto, isso não significa que estavam prontas para funcionar plenamente e com recursos de qualidade para elevar o império a um status de grandeza. Pelo contrário, as instituições estavam negligenciadas, a corrupção havia resultado em materiais de baixíssima qualidade nos depósitos, e os navios se deteriorando nos ancoradouros por falta de manutenção. Todavia, alguns navios portugueses foram reaproveitados. As ordens eram para que o Brasil comprasse novos navios, e Caldeira Brant Pontes recebeu ordens para adquirir mais quatro navios, para o qual foi levantado um empréstimo. (VALE, 2002, p. 71)

Porém, o Brasil enfrentava graves dificuldades financeiras. As rendas das províncias leais não conseguiam cobrir a metade dos gastos do governo, e no ano seguinte, o Banco do Brasil estava falido. A marinha em 1823, lançou uma subscrição nacional para arrecadar fundos para ajudar à compra de materiais e ao fornecimento de recursos para a recém-criada Marinha Imperial. Essa iniciativa foi um sucesso, com a população participando de maneira efetiva na compra das subscrições para os cofres do fundo. Aqueles que não podiam contribuir com dinheiro ofereceram materiais, como carne seca, barris de vinagre, vinho, gado vivo, e alguns até ofereceram seus escravizados como marinheiros (VALE, 2020, p. 16).

O Brasil já havia recrutado oficiais para guarnecer a Marinha Imperial, dentre eles estavam David Jewett, que havia servido na Marinha dos Estados Unidos e foi comissionado como Capitão de Mar e Guerra. John Taylor, um oficial da Royal Navy, cujo engajamento gerou repercussão internacional. William Eyre e Jorge Manson, que se tornaram tenentes. O Brasil herdou também de Portugal um corpo de soldados e marinheiros, todos portugueses de nascimento. Como confiar nesses subordinados num momento de guerra, considerando que lutariam contra seus próprios compatriotas? O caso de De Lamare estava vivo na mente dos brasileiros. Mesmo assim, o governo imperial necessitava deles e esperava que, sob o comando

de oficiais fiéis, o plano fosse bem-sucedido. Vale (2020), destaca que, mesmo jurando lealdade, a quantidade de marinheiros para lutar era inferior às necessidades do momento. Sobre essa situação, Cochrane destaca em sua autobiografia:

Não obstante os louváveis esforços da administração para pôr a sua marinha em oposição que lhe dava honra quanto aos vasos, a falta de marinagem se fazia severamente sentir, e pouco mais se havia feito do que meter a bordo uma quantidade de marujos portugueses, cuja fidelidade à causa imperial era duvidosa. (Narrativas, 2003, p. 48)

A necessidade de possuir uma marinha era um ponto crucial para o Brasil, tendo em vista as dificuldades de locomoção por terra. Sendo assim, ter uma marinha forte era de extrema necessidade para a efetivação da independência. Ao descrever a Marinha imperial, Cochrane mostra as dificuldades existentes, questionando a participação portuguesa nela. Para a historiadora Josicarla Santos Machado (2016), havia uma contradição evidente: “Ora, era uma grande incompatibilidade lutar contra Portugal e ter ao seu lado combatentes portugueses, era uma espécie de anomalia” (SANTOS MACHADO, 2016, p. 40).

O Brasil não possuía uma tradição marítima consolidada. Seus pescadores eram, principalmente, mulatos que usavam jangadas improvisadas. O comércio, embora fosse considerável em tamanho, era realizado em navios pequenos, utilizando guarnições reduzidas compostas por escravizados ou portugueses.

É nesse momento que Vale (2020), destaca o papel fundamental do General Felisberto Caldeira Brant Pontes, Cônsul do Brasil em Londres, em conseguir os recursos humanos e materiais necessários para fortalecer, de maneira eficaz, a Marinha Imperial. De maneira discreta e econômica, Brant conseguiu recrutar cerca de 450 oficiais e marinheiros experientes. Ele também teve sucesso em negociar com uma empresa britânica a aquisição de armamentos e materiais navais, enfrentando o desafio de evitar serem descobertas e perseguidas pelo governo português.

Para transportar esse contingente para o Brasil, Brant declarava que os marinheiros e oficiais eram colonos que estavam emigrando para o Brasil, e, nos documentos, os marinheiros eram registrados como cultivadores e os oficiais como feitores. Em meados de março de 1823, a frota de guerra brasileiro cresceu significativamente, graças aos esforços no estaleiro para reequipar e equipar os navios. A força da marinha foi duplicada, e o Brasil agora contava com 13 navios de guerra, carregando 356 canhões. Esses provimentos chegaram em um momento de crise, e, dentre todos os elementos cruciais para a formação da Marinha, esse talvez tenha sido o mais importante. (VALE, 2020, p. 14).

Cunha Moreira era o Ministro da Marinha na época em que Cochrane chegou ao Brasil. Dois dias após sua chegada, eles se reuniram para discutir os detalhes da empreitada. O ministro ofereceu a Cochrane o mais alto posto da Marinha Imperial, o de Almirante e um soldo de 400 mil réis (aproximadamente 80 euros em moeda corrente), mas o escocês rejeitou a oferta. Essa quantia era significativamente inferior ao que ele recebia quando era Almirante da Marinha Inglesa (233 euros) e representava menos da metade do que havia recebido quando prestou serviços ao Chile. Cochrane lembrou ao ministro que as promessas incluíam as mesmas vantagens que tivera no Chile e enfatizou que não trabalharia por menos. Desta forma, Cunha Moreira convocou uma reunião com o gabinete para resolver o impasse, tendo em vista que essa resolução ultrapassava sua alçada. Considerando a necessidade imediata do Brasil dos serviços de Cochrane, ele foi nomeado Primeiro-Almirante da Marinha Imperial, um posto criado especialmente para ele, e recebeu um soldo exponencialmente maior do que o proposto anteriormente.

Portanto, o salário anual seria de 11.250 mil réis anuais, além de um pagamento adicional de comando de 5.770 mil réis. Em suma, o Primeiro-Almirante recebia três vezes mais do que qualquer outro almirante brasileiro e 2.500 mil réis a mais do que um almirante britânico. José Bonifácio levou as boas novas pessoalmente e insistiu para que Cochrane aceitasse sem demora. Com as condições aprovadas e aceitas pelo Almirante, o Esquadrão da Independência passou a ter um comandante experiente e capaz de enfrentar as forças portuguesas. (VALE, 2020, p. 17).

A primeira missão de Cochrane no Brasil foi realizar o bloqueio da Bahia e obter permissão para aprisionar e causar danos a quaisquer inimigos do Império (VALE, 2002, p. 86). A esquadra portuguesa possuía um poder de fogo maior que a recém-formada marinha brasileira, porém isso não intimidou o almirante. No entanto, ao se encontrar com as esquadras portuguesas no começo de maio de 1823, Cochrane sofreu uma derrota, o que o levou a abandonar o ataque e redigir despachos a Bonifácio, reclamando das condições e motivos que contribuíram para o fracasso na primeira missão. Entre as razões mencionadas estavam embarcações mal equipadas, com velas deterioradas e cartuchos baixa qualidade, além de soldados que não tinham habilidades marítimas básicas. Cochrane também questionou a confiabilidade dos portugueses na tripulação.

Não obstante, sabendo que um ataque direto àquela região não era viável, Cochrane empreendeu um bloqueio marítimo à Bahia, enquanto as forças no Rio de Janeiro angariavam recursos, oficiais e soldados para retornar com o ataque. O bloqueio foi efetivo e trouxe sérios danos econômicos, promoveu um grande alvoroço na região e foi proclamado estado de sítio.

Madeira de Melo assumiu plenos poderes civis e militares. Com a situação precária da Bahia devido ao bloqueio e as constantes chegadas de provisões materiais e humanas para a esquadra de Cochrane, no dia 2 de julho, a luta na Bahia estava praticamente terminada. Segundo Vale, sob o comando do coronel José Joaquim de Lima e Silva “ao meio dia, a bandeira verde e amarela do império foi hasteada triunfalmente nas fortalezas. Antes de anoitecer, a cidade de salvador havia sido pacificamente ocupada pelos brasileiros” (VALE 2002).

Após vencer os portugueses na Bahia, Cochrane voltou sua atenção para o Maranhão. Ao chegar ao Maranhão no dia 26 de julho de 1823, ele usou sua velha tática de guerra para enganar seus inimigos e conseguir uma aproximação menos turbulenta. Hasteou a bandeira britânica e, ao aproximar-se do Brigue D. Miguel, fez o comandante Francisco de Salema Freire Garção um prisioneiro. Em seguida, blefou dizendo que estava à frente de uma esquadra e um exército prontos para invadir aquela província ao seu sinal. Contudo, fez um trato com o comandante Garção: em troca de sua liberdade, o comandante deveria levar uma carta à junta do Maranhão e ao chefe das armas, informando os termos da rendição e jurando lealdade ao imperador (VALE,2002).

O Almirante Cochrane permitiu a formação de uma nova junta para reorganizar a província e mantê-la leal ao imperador. Embora as negociações dentro das forças políticas que formavam o Maranhão naquele momento não estivessem todas de acordo com os termos propostos pelo Rio de Janeiro, Cochrane concluiu sua missão, São Luiz foi tomada, as tropas portuguesas despachadas para Lisboa e o Maranhão foi unido ao Brasil. Logo em seguida, segundo Vale, no dia 9 de novembro, Cochrane chegou ao Rio de Janeiro e foi saudado à entrada por D. Pedro, que lhe conferiu o título de Marquês do Maranhão e a Grã-Cruz do Cruzeiro do Sul. As honras e glórias foram estendidas aos seus oficiais. A Marinha brasileira fez tudo o que se esperava, e “O Brasil era de fato uma nação independente” (VALE,2002).

Vale assevera que muita celebração é dedicada à bravura e à importância da contribuição da Marinha no processo de consolidação da independência. Mas, é preciso também lembrar dos nomes de Cunha Moreira e de Felisberto Brant Pontes, pois sem sua dedicação, habilidade e engenho, o Brasil não teria uma Marinha capaz de assegurar sua vitória. Para o Historiador britânico “O Brasil e a história tem uma dívida grande para com eles.” (VALE, 2020, p.18).

CAPÍTULO 3 - CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

1. Uma província em retalhos

[...]. Essa geografia se alterou de forma brusca no começo do século XIX. Em menos de uma década, Pernambuco perdeu dois terços de sua extensão original, ficando reduzida a uma nesga de terra com 98.311 quilômetros quadrados, tamanho da pequena Santa Catarina e menor que o Ceará e o Piauí. Entre 1817 e 1824, a província foi sistematicamente fatiada, retalhada, castrada e espoliada no seu território por razões políticas (GOMES, 2010, p. 121)

A Confederação do Equador em 1824 foi uma consequência direta da dissolução da Assembleia Constituinte. Naquele momento, havia diferentes visões sobre o Brasil, incluindo a dos federalistas, um grupo que reunia tanto republicanos quanto monarquistas constitucionais, que tinha uma presença significativa em Pernambuco. Desde a colonização a classe dirigente pernambucana era composta por senhores de engenho produtores de açúcar e latifundiários, grupo ao qual o historiador Evaldo Cabral de Melo (2004) se refere como “açucarocracia”. Porém, com o passar dos anos, surgiram os produtores e comerciantes ligados ao algodão, concentrados na zona da mata norte, parte do agreste e do sertão. Contudo, esse grupo não via necessidade de manter relações com Portugal, pois negociava diretamente com o mercado inglês, argumentando que a intermediação portuguesa apenas encarecia os produtos e dificultava as relações comerciais (GOMES, 2010, p. 228).

Outrossim, no âmbito federal, com as batalhas vencidas e a Independência ter sido consolidada, as tensões se voltaram para a discussão sobre a forma de governo a ser estabelecida e suas relações com a metrópole. Havia dois grupos divergentes que se reuniram para a Assembleia Constituinte, em 1823. Esses dois grupos apoiavam a independência, um deles, formado por brasileiros natos integrantes de uma aristocracia rural, possuía um sentimento antilusitano, enquanto o outro grupo era formado por portugueses que apoiavam a causa imperial (VALE, 2002, p. 129)

Entretanto, as pressões para diminuir os poderes do imperador fizeram com que a Assembleia Constituinte fosse dissolvida, opositores presos e exilados. Foi instituído um novo governo. Vale (2002), nos diz que:

[..] Dom Pedro decretou novas eleições, nomeou outros presidentes provinciais – Todos brasileiros e figuras com declaradas posições liberais, e prometeu dar ao país constituição mais liberal que o projeto no qual assembleia trabalhara de maneira infrutífera (Vale, 2002, p. 130)

Essas notícias espalharam-se como um rastilho de pólvora em Pernambuco, uma província com tradições liberais e com histórico de levantes de carácter republicano. Embora seja necessário destacar que nos documentos do governo revolucionário não há menção à palavra “república”, regime que, desde a derrota em 1817, “ainda não ousava dizer o nome”, segundo a observação do historiador Evaldo Cabral de Mello (MELLO,2004). A reação foi rápida: a junta renunciou, alegando perda da moral e a confiança do povo. À frente da nova junta estavam Manuel de Carvalho Paes de Andrade e o coronel José Barros Falcão de Lacerda, que foi nomeado comandante das armas.

Embora houvesse mudanças, o tom dos novos membros da junta evidenciava uma transformação anti-imperial em Pernambuco.

[...] os velhos republicanos de 1817 começaram a dominar as cenas dos acontecimentos. Duas figuras destacaram-se Manoel Paes de Andrade, ambicioso, astuto, inteligente e dotado de capacidade de inspirar seus extremismos, ainda que aparentemente se mostrasse favorável a moderação; e o padre Joaquim do Amor Divino Rebelo (denominado Frei Caneca) um revolucionário eloquente e fanático que havia recentemente saído da prisão após sua participação na rebelião de 1817 (VALE, 2002, p.130).

Os adjetivos utilizados pelo autor podem refletir seu lugar social de produção. Como historiador especializado em temas sobre a marinha e sendo seus escritos bem recebidos pelas revistas e instituições militares, é provável que sua perspectiva seja influenciada por essa relação com o universo militar. Portanto, é compreensível que ele atribua adjetivos heroicos a personagens que defendam a ordem estabelecida e “revolucionários” para os que ameaçavam essa ordem.

A junta rejeitou o nome indicado pelo imperador e deferiu a escolha do mesmo. Houve retaliação por uma parte do exército, mas logo foi sanada pelo governador das armas. Paes de Andrade necessitava de apoio, mas o Maranhão estava demasiadamente envolvido em disputas internas e envolver-se em outra confusão não era prioridade. O Piauí encontrava-se em uma situação difícil, pois a guerra pela consolidação da independência havia deixado a província arrasada. No Rio Grande do Norte, os representantes de Paes de Andrade foram presos. Não obstante, em Alagoas não encontrou apoio ao presidente. Por outro lado, na Paraíba, houve uma recepção positiva; num primeiro momento, a província aliou-se vigorosamente a Pernambuco, da mesma forma, que a província do Ceará. Em março, os líderes cearenses dirigiram cartas e impressos “antes a morte do que aceitar o antigo jugo” (VALE, 2002, p.132). O Pará também aderiu à causa. A anarquia dominava a província, e o desafio flagrante de outra província era um mau presságio para o governo imperial.

Os reflexos desses blocos eram visíveis na política. Enquanto os senhores de engenho eram conservadores e fiéis à coroa e à sua representação na capital, os novos produtores de algodão da mata norte se mostravam abertos a novas ideias revolucionárias que levassem a quebra dos monopólios. É importante destacar que o conflito não se limitou a Pernambuco, mas se estendeu às províncias vizinhas, como Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Pará, que tinham em comum o sucesso na produção algodoeira. Com isso posto, é possível argumentar que esses diferentes perfis econômicos se confrontaram tanto na revolução de 1817 e quanto na Confederação do Equador (GOMES, 2010, p. 229).

A primeira junta de governo de Pernambuco, após a convocação das Cortes portuguesas, era presidida por Gervásio Pires Ferreira, um rico comerciante do Recife e veterano da revolução de 1817. Ele mantinha uma posição neutra, parabenizando Dom Pedro pelo dia do Fico e mandando cartas à Portugal dizendo que não apoiava o imperador. Essa Junta caiu em outubro de 1822 e foi substituído pela Junta dos Matutos composta pela aristocracia açucareira, que apoiou definitivamente Dom Pedro, segundo Gomes (2010), devido à “ promessa de que o governo imperial não aboliria a escravidão e protegeria suas propriedades caso atacadas fossem por gente de cor”. Porém, com a dissolução da Assembleia Constituinte, a lua de mel entre Pernambuco e Rio de Janeiro chegou ao fim. A Junta dos Matutos foi destituída e outra foi criada, presidida por Manoel de Carvalho Paes de Andrade (GOMES, 2010, p. 230).

Em contrapartida, o imperador nomeou Francisco Paes Barreto, mas o conselho manteve Paes de Andrade e exigiu que Dom Pedro cancelasse a dissolução da Assembleia Constituinte e chamasse de volta todos os deputados perseguidos após a Noite da Agonia¹¹. Pernambuco já sabia que não haveria volta e se preparou para formar uma esquadra, capturando brigues e escunas da Marinha que estavam atracados em Recife. Também encomendou navios na Inglaterra e nos Estados Unidos, mas estes não chegaram a tempo para defender a província. A Confederação foi oficialmente proclamada no dia 2 de julho. Gomes (2010) comenta que Paes de Andrade convocou as províncias do Norte a juntar-se a Pernambuco na constituição de um país análogo ao sistema americano, fugindo do exemplo da “encardecida” Europa (GOMES, 2010, p. 231). Mas surgiram questionamentos importantes: como ficaria a delimitação territorial? Qual a bandeira dessa nova nação? Segundo Gomes:

A Fronteira da nova nação seria a margem esquerda do Rio São Francisco de Alagoas até o Maranhão. Na sua Bandeira exibia um quadrado com uma Cruz no meio e as palavras religião, independência, união e Liberdade. Os ramos do café e tabaco, que

¹¹ Na madrugada do dia 12 de novembro de 1823, temendo que o poder da Assembleia Constituinte ameaçasse seu reinado, dom Pedro I ordenou que o Exército invadisse o Plenário.

apareceu na Bandeira do Império, foram substituídos pelos da cana de açúcar e algodão (GOMES, 2010, p. 232)

Dom Pedro suspendeu as garantias constitucionais na província e despachou tropas por terra, enquanto Cochrane avançava pelos mares e o coronel José Francisco de Lima e Silva invadia pelo sul. É importante destacar que Gomes (2010) não menciona que Cochrane foi enviado somente depois de outra esquadra ter efetuado o primeiro bloqueio. Também não menciona que um erro grave cometido por Cochrane poderia ter comprometido a missão de Lima e Silva. Além disso, os chefes de divisão Jewett e Norton também não são mencionados, destacando apenas Cochrane e Lima e Silva como os principais agentes que contribuíram para o fim da Confederação do Equador. Fatos esses que veremos nos capítulos a seguir que estão incompletos.

2. Encruzilhada: Entre a política e a palavra

É importante salientar que, após a dissolução da Assembleia Constituinte, os ministros e conselheiros de Estado eram todos brasileiros natos. No entanto, eles apoiavam o partido moderado e queriam reestabelecer relações amistosas com Portugal. O partido patriota não enxergava com bons olhos e considerava que o governo havia traído os interesses nacionais do Brasil.

Nesse momento, o Império se via numa encruzilhada. De um lado, havia uma exigência de afastar os portugueses da administração do Brasil, a continuidade das guerras e os confiscos de bens e presas tomadas dos portugueses. Por outro lado, havia a cobrança da suspensão das hostilidades e a retomada das relações diplomáticas. Ademais, a Inglaterra e a Áustria pressionavam o Brasil, fazendo do reconhecimento da Independência uma condição preliminar para dar continuidade as conversações. (VALE, 2002, p. 133).

As forças navais brasileiras, naquele momento, estavam suficientemente aptas para intervir em qualquer luta que ameaçasse o império. Porém, uma outra crise ameaçou a recém-formada marinha imperial nos primeiros meses de 1824: as desavenças entre Cochrane e Vilela Barbosa a respeito das presas feitas no ano anterior. O almirante havia capturado, juntamente com sua esquadra, cerca de 78 navios mercantes (dos quais 16 haviam sido libertados ou destruídos) 3 navios de guerra, 8 canhoneiras e grande quantidade de bens públicos e particulares. As estimativas contemporâneas calculam o valor total dessas presas em aproximadamente 1290 contos de réis (VALE, 2002, p. 133).

Infelizmente para o almirante, a pressa no julgamento não era possível dada a natureza do conflito com Portugal somada a inexistência de leis brasileiras que regulassem a questão das presas. Passaram-se meses para o Supremo Conselho Militar e o Tribunal Superior das Presas conseguissem estabelecer os critérios para uma legislação aplicável a este embate. Os problemas eram de dupla natureza, como lembra Vale (2002): em primeiro lugar, o conflito envolvia dois reinos sob a mesma coroa portuguesa, levantando a questão se isso caracterizaria uma guerra; e, em segundo lugar, quais as leis seriam aplicadas nessa situação, especialmente se um navio brasileiro fosse apresado e como seria resolvido, considerando que a única legislação imperial sobre a matéria, o decreto de 30 de dezembro, regulava somente as atividades do corso¹².

As leis portuguesas que regulavam as presas de guerra, os quais deveriam servir de base para as normas brasileiras, estavam estabelecidas em dois alvarás: um de 7 de dezembro de 1796 e outro de 9 de maio de 1797. Esses alvarás estabeleciam formalidades e procedimentos relativos às presas em tempo de guerra. No dia 18 de setembro de 1823, o Conselho Supremo Militar solicitou orientação ao governo sobre esses pontos. Somente no dia 5 de dezembro foi atendido, e uma portaria forneceu os devidos esclarecimentos: Brasil e Portugal estava em guerra, e o decreto de Dom Pedro em 1822, que autorizou o corso, foi considerado uma declaração de guerra. Mas, os termos do decreto referiam-se apenas as ações do corso, enquanto as ações dos vasos de guerra regulares estariam sujeitas às leis portuguesas em vigor.

Definida a situação jurídica, a questão política entrou em cena. A opinião de Cochrane e da esquadra era de que todos as presas ancoradas demonstravam o sucesso de suas ações e o merecimento do pagamento. No entanto, para o governo, devolver os bens apresados aos portugueses era de fundamental interesse para as relações políticas de reconciliação. Portanto, qualquer brecha ou aspecto técnico da legislação foi usado para liberar o maior número de presas para seus antigos detentores (VALE, 2002, p. 134). Uma decisão que estabeleceu que nenhum navio apresado dentro do porto brasileiro ou a uma distância de até duas léguas da costa seria considerado presa permitiu a devolução de uma grande quantidade de navios e mercadorias. Em relação aos navios de guerra portugueses, foram rejeitados sob o entendimento de que eram propriedades da Coroa Imperial. As pretensões de Cochrane quanto às posses dos bens que empreendera no Maranhão não foram reconhecidas, pois o conselho havia entendido que a província jamais foi território inimigo, sendo sempre parte integrante do Império. Nesse sentido, houve ganhos significativos por parte dos portugueses.

¹² Atividade que consistia em atacar e pilhar os navios de uma outra nação.

No decurso de dois meses, o Tribunal de Presas não reconheceu as reivindicações da esquadra quanto à metade dos bens de navios que apresaram. Ações de ressarcimento por perdas e danos já estavam sendo instauradas pelos proprietários prejudicados em seus direitos. Cochrane já estava bem irritado, e a moral da marinha estava baixa. O governo viu-se, portanto, num dilema: sua política de reconciliação estava condicionada à devolução dos bens e presas capturadas pelos inimigos; no entanto, o ato de devolução dos bens não agradava à marinha. Para resolver esse problema, Dom Pedro reuniu-se com o Conselho de Estado no dia 12 de fevereiro de 1824. O acordo estabelecia que o governo iria devolver as presas em forma de pagamento para os marinheiros, pois, os rumores de uma grande rebelião no Nordeste já estavam em curso, e era necessário contar com os serviços de Cochrane sem nenhuma restrição.

Vilela Barbosa realizou um último esforço no sentido de agradar a Cochrane, que não estava nada satisfeito, mesmo com o ajuste feito pelo governo. A desconfiança do almirante estava alta. Cochrane concentrava suas queixas contra o Tribunal Superior das Presas e a crescente obstrução lusa. Os alvarás de 1796 e 1797 instituíaam as regras pelas quais as presas de guerra seriam aceitas, mas ele não obedeceu nenhuma, e tampouco as normas técnicas foram observadas. Contudo, Cochrane não compreendia ou não queria compreender tais complexidades e, em seu espírito suspicaz, achava que todas as dilações faziam parte de uma trama portuguesa, na qual Vilela Barbosa era o líder (VALE, 2002, p. 142)

Tudo isso se resolveria se o pagamento das presas tivesse sido efetuado. Mas por que não foi? Naquele momento, o império vivia em crise financeira, com empréstimos para pagar a Londres, os soldos atrasados das tropas em Montevideu e a ameaça de uma reconquista por Portugal. No entanto, mesmo com esses problemas, no mês de junho de 1824, o governo viu-se na obrigação de satisfazer Cochrane. A partir de então, os marinheiros estrangeiros ganhariam 50% a mais nos soldos. Além disso, o governo prometeu o pagamento das presas e adiantou 200 contos de réis ao almirante a título de adiantamento. Ele permaneceria como comandante-em-chefe da Marinha brasileira, com direito a soldo integral por todo o tempo que desejasse. Ademais, esses benefícios se estendiam à sua viúva, que desfrutaria do mesmo privilégio enquanto vivesse.

3. A ação da Marinha

Lord Cochrane deixou o Rio de Janeiro no dia 02 de agosto de 1824, a caminho de Pernambuco, e foi a última vez que viu o imperador D. Pedro I, assim como a capital, porquanto lá nunca mais voltou. Antes de embarcar, já se sabia da relação difícil entre Cochrane e o ministro da Marinha, Vilela Barbosa, que brigavam constantemente.

No entanto, antes de Cochrane ser encarregado de acabar com a revolução, o capitão John Taylor foi enviado para suprimir e impor um bloqueio ao porto do Recife, caso Francisco Paes Barreto, o presidente da província indicado pelo imperador, não tomasse posse. Também lhe foi pedido que não deixasse os líderes da revolta fugir. Os navios partiram no dia 3 de março de 1824. De início, para solucionar o problema, o capitão Taylor mandou cartas para o chefe das armas de Pernambuco, Falcão de Lacerda convidando-o para um encontro, como o objetivo de que este obedecesse às ordens do imperador para colocar o presidente indicado, Paes Barreto.

Entretanto, esse encontro não aconteceu. Falcão de Lacerda comunicou-se com Paes de Andrade, e este convocou um conselho no dia 7 de abril, na casa do governador, para discutir a crise relativa à substituição do presidente da província. Nesta ocasião, estavam presentes membros da Câmara da Província, corporações civis, o governador das armas, militares, eclesiásticos, corpo literário e homens ricos da capital.

O capitão John Taylor também foi convidado, porém recusou e nomeou o capitão Luiz Barroso Pereira como seu representante. Taylor foi informado pelo seu representante que aquela reunião uma boa parcela de adeptos a Paes Barreto estava presente na reunião. Segundo Varnhagen, um dos presentes teria exclamado a favor da insubmissão de Pernambuco ao governo imperial: “Morramos todos. Arrase-se Pernambuco! Arda a guerra, mas conservemos nosso presidente a todo transe! Conservemos a dignidade da soberania dos povos! ” (VARNHAGEN, 1957, p. 304).

Contudo, o mais eloquente e entusiasta de todos era o Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, que criticava o imperador por ter dissolvido a Assembleia Constituinte. Frei Caneca, como era conhecido, foi professor de geometria e retórica, fundador e redator do “Typhis Pernambucano”, jornal semanal que circulou entre dezembro de 1823 e agosto de 1824. Na edição de 12 de fevereiro de 1824, o religioso tratava a indicação de Paes Barreto da seguinte maneira:

Pode S. M. dar padrões de tenças, títulos de barões, viscondes, condes, marqueses e duques; porém dar ciência a um tolo, valor a um covarde, virtude a um vicioso, honra a um patife, amor da pátria a um traidor [...] não pode S. M. [...] (CANECA, 1984, p. 87)

Assim, o conselho decidiu que três representantes¹³ viajariam para o Rio de Janeiro com o objetivo de negociar com o governo uma possível revogação da nomeação. A resposta de Taylor foi o bloqueio ao porto do Recife e cartas a Cochrane expressando que seria difícil uma

¹³ A delegação era formada por Basílio quaresma torreão, representante do exército; pelo padre Antônio leal periquito, da igreja; e Francisco bastos júnior, da administração. (ERMAKOFF, 2021, p. 454)

conciliação com Manoel carvalho Paes de Andrade. Este já estava buscando apoio das províncias vizinhas, enviando agentes e dinheiro e propagando ideias. O imperador recebeu a delegação, mas não concordou em manter Paes de Andrade no poder. Porém, fez com que a indicação de Paes Barreto fosse cancelada e indicou o mineiro José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, mas que residia em Pernambuco havia muito tempo. Os revoltosos não aceitaram a nova nomeação do imperador.

Enquanto isso, Paes de Andrade difundia a rebeldia em outras províncias. Na Paraíba, Felipe Nery Ferreira, também pernambucano, mas exercendo o cargo de presidente da província da Paraíba, nomeado pela capital, acabou enfrentando uma revolta dos simpatizantes de Paes de Andrade. Em 5 de maio, estes elegeram Felix Antônio Ferreira de Albuquerque, que tomou posse dois dias depois. O governo de Nery reagiu, provocando várias mortes. As batalhas foram duras, embora os legalistas tivessem uma ligeira vantagem, os rebelados não aceitavam nenhuma proposta de negociação enquanto Nery estivesse à frente do governo. Com o agravamento da situação, Nery reuniu as autoridades civis e militares na capital para elegerem um conselho de seis membros para compartilhar com ele a responsabilidade do governo. Esse plano fracassou, e ele foi substituído pelo coronel Alexandre Francisco Seixas Machado. A partir disso, a Paraíba pouco poderia ajudar Pernambuco. Para Vale (2002, p. 145) “Pernambuco pouco poderia esperar da Paraíba em matéria de apoio”.

Embora o bloqueio da esquadra comandada, naquele momento, pelo capitão John Taylor não tivesse sendo tão eficaz, sua saída proporcionou ânimo para os revoltosos pernambucanos, que viam aquele ato como uma certa vitória. No entanto, havia suspeitas de que, com a saída da esquadra do porto do Recife, o governo imperial estaria deixando Pernambuco a mercê da invasão portuguesa e protegendo a capital. É nesse contexto que, no dia 2 de julho de 1824, Manoel Carvalho Paes de Andrade rompeu definitivamente os laços com o império, proclamando a independência de Pernambuco e instituindo a Confederação do Equador, formada por seis províncias: Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Pará e Piauí. Pretendia-se adotar o sistema republicano norte-americano, porém essa confederação nunca se realizou de fato (ERMAKOFF, 2021, p. 460).

Outro ponto importante foi a notícia da queda do regime parlamentar português, que chegou a bordo do navio britânico Sandwich, que aportou na corte no dia 30 de junho, trazendo jornais e despachos sobre o assunto. Isso causou alívio, pois cessavam os perigos de uma iminente invasão lusitana. Assim, o governo imperial poderia colocar suas atenções para acabar com a revolução. No dia 23 de julho, cópias das declarações separatista chegaram à capital, o que mobilizou o governo a finalmente dar fim à rebeldia. Por terra, o brigadeiro Francisco de

Lima e Silva (pai do futuro Duque de Caxias) foi responsável por estabelecer o controle e a ordem na província. Cochrane zarpar somente no dia 2 de agosto para bloquear o porto do Recife. O almirante conta em suas narrativas que Manoel Carvalho Paes de Andrade tentou suborná-lo, enviando a seguinte proposta:

A franqueza é o caráter distintivo dos homens livres, mas V. Ex^a, não a encontrou em suas relações com o Governo imperial. O não ter sido recompensado pela primeira expedição oferece justificável inferência de que nada receberá pela segunda. Tomo por tanto, a liberdade de assegurar a V. Ex^a a soma de 400 contos de réis, como indenização por suas perdas. O serviço de V. Ex^a requerido será o aceitar a causa da Confederação do Equador, qual é adotada pela maioria das províncias setentrionais, cujo limite será o rio de S. Francisco do Norte [...] (NARRATIVAS, 2003, p. 159)

Cochrane negou o pedido, alegando que, embora os ministros e o governo brasileiro não tivessem sido honestos com ele, não agiria da mesma forma. Mas onde está o capitão John Taylor, que iniciara o bloqueio no porto de Recife? O imperador cedeu às pressões inglesas e o demitiu¹⁴. A dispensa de Taylor não só agradava os britânicos como também aos portugueses, visto que a perseguição que empreendeu até a foz do Tejo nas guerras passadas deixou grandes mágoas. Em 18 de agosto, Cochrane ameaçou bombardear o Recife, dando um prazo de 8 dias para que os navios dos países neutros saíssem do porto.

O almirante propôs vários acordos a Paes de Andrade com vista à rendição e submissão ao império, mas todos foram recusados. Cochrane decidiu cumprir o que prometera, mas devido ao estado de tempo e às condições dos navios de guerra não serem das melhores qualidades, ele desistiu da empreitada e marchou rumo à Bahia em busca de provisões. Cochrane endereçou cartas a Lima e Silva, contando que Paes de Andrade estava disposto a libertar os escravizados e usá-los para combater as tropas imperiais. Mas Lima e Silva não concordou com a avaliação de Cochrane, tendo em vista acreditar que as elites pernambucanas jamais aceitariam libertar os escravizados (ERMAKOFF, 2021).

Acabar com a rebelião em Pernambuco era a prioridade do governo, para isso, foi destacado mais uma esquadra em 21 de agosto, nesta feita sob o comando de David Jewett. Como naquele momento era desconhecido o paradeiro de Cochrane, Jewett assumiu o comando das operações navais. Ao lado de Lima e Silva, fizeram um ataque coordenado: enquanto o brigadeiro encurralava as tropas dissidentes por terra, ele atacava pelo porto. Sendo assim, os revoltosos decidiram partir em retirada para defender Olinda, a capital da província.

¹⁴ Casou-se com Maria Teresa da Fonseca e ganhou a nacionalidade brasileira. Foi readmitido no dia 1 de dezembro de 1824, com restrições, deveria permanecer em terra, incumbindo-se de serviços burocráticos (Ermakoff, 2021, p. 464).

Houve algumas tentativas de rendição, porém com a condicionante de que a anistia seria oferecida a todos e que a proteção da vida de Paes de Andrade também estaria em jogo. Lima e Silva recusou as propostas e restou ao presidente da província fugir em um navio britânico que estava ancorado perto do porto. Finda as batalhas, Lima e Silva redigiu um ofício a Vilela Barbosa, onde não economizou elogios a Jewett e a James Norton¹⁵, mas a Cochrane despejou pesadas críticas alegando ter tentado sustar sua marcha por meio de um ofício e que, quando atacou o Recife, não achou nem sua nau, nem notícias suas.

É do meu dever constar a V E a boa harmonia que commigo tem mantido o chefe de divisão Jewett, que atualmente comanda as forças Navais surtas neste porto. Elle tem sido zeloso e incançavel em coadjuvar-me na tomada da capital de Pernambuco por todos os meios que lhe tem sido possíveis. O capital de mar e guerra Norton é digno de especial attenção. Elle desembarcou da Esquadra à testa de marujos e tropa... e teve uma importante parte em sua restauração. Qual porem tem sido a conducta do Marquês do Maranhão! Elle appareceu diante de sirinhaem quando o exercito por ali passou e procurou aterrar-me em minha marcha por um officio...Nessa ocasião requerí-lhe o seu regresso para a frente de Recife; mas depois exigí sua coadjuvação no ataque deste praça, quando já me achava em Suassuna, marchando-lhe até o dia em que a sua efficacia mais devera desenvolver-se. Ataco porem o Recife: não acho a nau nem noticias do 1º Almirante (SILVA; BARBOSA, 1882, p. 352-353).

É importante destacar que Cochrane havia sumido sem quaisquer notícias de seu paradeiro. David Jewett assumiu o comando da esquadra por conta própria e deu o apoio necessário a Lima e Silva por terra. Embora ainda houvesse uma resistência pelas tropas dissidentes a revolução estava com os dias contados. Enquanto Olinda negociava uma rendição, as forças imperiais atacavam Recife brutalmente.

A notícia da queda de Recife foi recebida com entusiasmo, porém a fuga de Paes de Andrade e a ausência de Cochrane foram observadas com maus olhos. Para Vale (2002), a ação de Cochrane foi um grave erro e fora do comum. Seu julgamento errôneo sobre a situação estratégica e a avaliação da capacidade militar de Lima e Silva poderia ter sido muito grave. Enquanto Jewett e Lima e Silva capturavam Recife, Cochrane estava ancorado na Bahia. Segundo suas narrativas (2003), foi para a Bahia em busca de suprimentos e, ao chegar lá, aproveitou também para dividir o adiantamento das presas de guerra com a marujada.

Cochrane continuou justificando-se, dizendo que a amostra do bombardeio que havia ordenado tinha causado pânico em Pernambuco, e que disso se aproveitou Lima e Silva para seguir adiante, praticamente sem oposição. Ressaltou que a conquista do Recife foi efetivada com a cooperação de oficiais e gente da marinha ali deixados. Mas segundo Ermakoff (2021), o contingente que mais participou da luta havia chegado com Jewett, ou seja, depois de sua

¹⁵ Capitão de fragata James Norton participou do ataque a Recife comandando aproximadamente 400 homens. (Vale, 2002, p. 150)

partida. Podemos inferir que Cochrane superestimou o poderio de Paes de Andrade e de seus adeptos, mas nada pode justificar seu grande erro de avaliação, principalmente por sua vasta experiência militar. (ERMAKOFF, 2021).

Cochrane reapareceu no Recife somente em 25 de setembro, portanto oito dias depois da reconquista do poder pelo império. Recebeu de Jewett os relatórios das missões e partiu para as demais províncias participes com o intuito de pôr um fim a confederação. Ao todo, 11 confederados foram executados, em especial Frei Caneca, enquanto outros líderes, como Paes de Andrade, tiveram melhores sortes, exilando-se na Inglaterra e retornando após a abdicação de D. Pedro I em 1831.

A Confederação do Equador representou uma das mais significativas manifestações de resistência ao centralismo imperial no Brasil pós-independência. Iniciada em Pernambuco em 1824, a revolta expressou o descontentamento de setores liberais e republicanos com a concentração de poderes nas mãos de Dom Pedro I, especialmente após a outorga da Constituição de 1824.

A liderança de figuras como Frei Caneca e Manuel de Carvalho Paes de Andrade evidenciou o anseio por um modelo de governo mais descentralizado e republicano, inspirado nos ideais iluministas e nas experiências revolucionárias anteriores, como a Revolução Pernambucana de 1817. A tentativa de estabelecer uma confederação de províncias no Norte e Nordeste do Brasil, embora efêmera, demonstrou a persistência de projetos políticos alternativos ao modelo monárquico-centralizador adotado pelo Império.

A repressão à Confederação do Equador foi marcada por ações militares coordenadas por líderes como o brigadeiro Francisco de Lima e Silva e o comandante naval David Jewett. A atuação de Lord Cochrane, por outro lado, foi alvo de críticas devido à sua ausência em momentos cruciais do conflito. Com isto, podemos inferir que a não participação efetiva de Cochrane se dá pelo fato dos desentendimentos entre ele e a administração imperial.

Após a resolução do conflito em Pernambuco e a pacificação com menor relevo nas outras províncias participes, o almirante volta ao Maranhão para cobrar os “serviços” prestados no ano anterior, sem a autorização do Império. Outrossim, a fuga de Paes de Andrade e a execução de Frei Caneca simbolizaram o fim do movimento e a reafirmação da autoridade imperial sobre as províncias rebeldes.

Em suma, a Confederação do Equador destacou as tensões entre os projetos políticos em disputa no Brasil do século XIX e evidenciou as dificuldades de consolidar uma unidade nacional em meio a divergências regionais e ideológicas. Por isso, era tão importante ter uma marinha forte e um exército eficiente para consolidar sua independência. Independência esta

que não se concretiza com o grito nas margens do rio Ipiranga, nem muito menos está restrita ao eixo Rio-São Paulo. Antes de tudo, tratou-se de um processo violento e radical que perpassa o Norte e Nordeste brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Lorde Thomas Cochrane no Brasil, entre 1823 e 1825, revela-se um estudo de caso privilegiado para compreender as contradições do processo de Independência e os desafios de construção de um Estado nacional. Sua atuação como almirante da Marinha Imperial, analisada ao longo deste trabalho, demonstra que a consolidação da soberania brasileira foi marcada não apenas por heroísmos, mas por negociações complexas, interesses particulares e tensões entre projetos políticos divergentes. Ao reconstituir sua biografia, foi possível ir além das narrativas simplistas que o apresentam como "libertador" ou "mercenário", revelando um personagem cujas ações foram moldadas tanto por seu profissionalismo militar quanto por suas expectativas materiais e pelo contexto político turbulento em que estava inserido.

Os capítulos deste trabalho destacaram aspectos cruciais de sua atuação. Primeiro, tratou sobre sua inegável contribuição militar: o bloqueio da Bahia e a tomada do Maranhão foram decisivos para expulsar as tropas portuguesas e garantir a unidade territorial. No entanto, como mostrou a análise da Confederação do Equador, sua eficácia foi limitada por conflitos com a administração imperial, especialmente em relação ao não pagamento das presas de guerra. Cochrane, acostumado a agir com autonomia em outros cenários, chocou-se com a burocracia e a instabilidade financeira do governo brasileiro, o que explica sua atuação hesitante durante a repressão ao movimento “republicano” no Nordeste brasileiro. Enquanto líderes como Lima e Silva agiam por lealdade ao Império, Cochrane via sua participação como um contrato a ser cumprido – diferença que revela as tensões entre interesses estrangeiros e nacionais no período.

Sua participação na Confederação do Equador foi marcada justamente por esse embate entre dever militar e interesses pessoais. Embora tenha inicialmente assumido o bloqueio naval de Recife, Cochrane abandonou temporariamente a missão, deslocando-se para a Bahia em busca de suprimentos e para negociar a divisão das presas com sua tripulação. Essa ausência, em momento crítico da ofensiva, obrigou o comando das operações a ser assumido por David Jewett e Lima e Silva, que, atuando em conjunto, foram responsáveis pela retomada de Recife e pela rendição dos confederados. Sua saída do cerco e sua demora no retorno à linha de frente provocaram críticas diretas do comando terrestre, que viu na sua conduta um erro de avaliação militar e uma falta de comprometimento com o êxito da operação.

As disputas financeiras, especialmente quanto ao pagamento das presas, foram centrais na forma como Cochrane conduziu sua participação no episódio. Suas constantes tensões com o governo imperial, e particularmente com o ministro da Marinha Vilela Barbosa, não apenas

afetaram a coesão entre os comandos terrestre e naval, como também refletiram o grau de fragilidade institucional de um Estado ainda em formação, dependente da expertise de oficiais estrangeiros, mas relutante em ceder a eles qualquer protagonismo político efetivo.

Sua atuação durante a Confederação do Equador também expõe o delicado equilíbrio entre interesses estrangeiros e nacionais na política imperial. Enquanto o governo brasileiro via nas missões de Cochrane um recurso estratégico para garantir a unidade territorial, o próprio almirante conduzia suas ações guiado por um pragmatismo próprio de mercenário, comum nos processos de independência latino-americanos.

Comparado a outros líderes envolvidos no conflito, como Lima e Silva e David Jewett, Cochrane se destacou menos pela cooperação coordenada e mais pela atuação isolada, marcada por escolhas pessoais e estratégias próprias. Enquanto Lima e Silva conduziu com eficiência o cerco terrestre e Jewett manteve o bloqueio naval durante a ausência de Cochrane, o almirante mostrou dificuldades em articular esforços conjuntos, o que comprometeu, em certa medida, a unidade da repressão à revolta.

A relação conflituosa entre Cochrane e o governo imperial ilustra as dificuldades de um Estado em formação, que dependia de expertise estrangeira, mas resistia a ceder poder político a esses agentes. Sua trajetória no Brasil termina de forma anticlimática: após meses de disputas judiciais por seus pagamentos, ele parte em 1825, deixando para trás um legado ambíguo. A Marinha que ajudou a construir sobreviveu, mas suas expectativas de reconhecimento e recompensa foram em grande parte frustradas. Esse desfecho simboliza os limites da participação estrangeira em projetos nacionais e as contradições de um Império que buscava se afirmar como soberano, mas ainda dependia de figuras externas para garantir sua própria existência.

O uso da biografia como método mostrou-se fundamental neste estudo. Ao focar na trajetória individual de Cochrane foi possível trazer outros personagens à narrativa histórica, iluminar processos históricos mais amplos como a formação da Marinha Imperial, os conflitos entre centralização e regionalismos, e os dilemas de um país que nascia entre a herança colonial e a incerteza do futuro. Aqui não focamos exclusivamente em sua vida, mas expusemos um reflexo das tensões que moldaram o Brasil do século XIX.

Este trabalho reitera a importância de revisitar figuras como Cochrane para desconstruir mitos fundadores e compreender a Independência em sua complexidade real – um processo violento, fragmentado e marcado por negociações difíceis, longe da epopeia harmoniosa do "Grito do Ipiranga". Seu legado, como demonstrado, não foi o de um herói solitário, mas o de

um profissional cuja atuação dependeu de colaboradores brasileiros como Brant Pontes e Cunha Moreira, e cujos limites expuseram as fragilidades de um projeto imperial ainda em definição.

Por fim, a história de Cochrane no Brasil serve como um convite a repensar o lugar dos indivíduos na narrativa histórica. Mais do que "grandes homens" ou "vilões", personagens como ele revelam como interesses pessoais, contextos políticos e acasos moldaram os rumos do país. Seu exemplo desafia-nos a escrever uma história que seja, ao mesmo tempo, crítica e humana, capaz de enxergar nas biografias não apenas destinos excepcionais, mas as complexidades de uma nação em construção.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Aldo M. Lord Cochrane. Primeiro Almirante Brasileiro. **Revista de História**, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 101–130, 1954. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v9i19p101-130. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36395>.. Acesso em: 28 maio. 2025.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (Orgs). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro. FGV, 2005, pp. 183-91.
- CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011
- CHACON, Vamireh & Leite Neto, Leonardo(org). O Typhis pernambucano, frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Brasília: senado federal, 1984. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221676>.
- COCHRANE, Thomas John, 10th Earl Don Donald, 1775-1860. **Narrativa de serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, v.16,2003. 276 p. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1081>
- ERMAKOFF, George. Lorde Thomas Cochrane: Um Guerreiro Escocês a Serviço da Independência do Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2021. Acesso em: 17 jun. 2025.
- GOMES, Laurentino. 1822: Como um Homem Sábio, uma Princesa Triste e um Escocês Louco por Dinheiro Ajudaram D. Pedro a Criar o Brasil - um País que Tinha Tudo para Dar Errado. 1. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.
- PRIORE, Mary del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. Topoi (Rio de Janeiro), v. 10, n. 19, p. 7-16, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X010019001>. Acesso em: 17 jun. 2025.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Biografia como gênero e problema. História Social: Revista dos Pós-graduandos em história da UNICAMP, n. ja/jul. 2013, p. 51-63, 2013. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5661206/mod_resource/content/1/Lili%20Schwarcz%20Biografia%20ge%CC%82nero%20e%20problema.pdf . . Acesso em: 11 jun. 2025.
- SILVA, L. e; BARBOSA, V. *Apontamentos para a história da Marinha....* v. 2. Rio de Janeiro: Meireles da Silva, 1882. p. 352-353.
- URRUTIA. Carlos López. mas allá de la audácia. Vida de Thomas Cochrane décimo Conde de dundonald, Santiago de Chile: editorial Andres Bello, 2001.
- VALE, Brian. A criação da Marinha Imperial. In: História Naval Brasileira. 3º Vol., tomo I, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002.
- Os oficiais de Cochrane: As Marinhas britânica e brasileira. **Navigator**, [S. l.], n. 12, p. 47–57, 2020. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/1460>. Acesso em: 19 jul. 2025.

Estratégia, Poder Marítimo e a criação da Marinha do Brasil 1822-23. **Navigator**, [S. l.], n. 4, p. 5–21, 2020. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/1531>. Acesso em: 19 jul. 20